

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
CONCURSOS PÚBLICOS – Edital n.º 1/98 – PA/INSS, de 11/2/98
PROCURADOR AUTÁRQUICO

Nas questões de 1 a 22, marque, de acordo com o comando de cada uma delas: itens **CERTOS**, na coluna C;
itens **ERRADOS**, na coluna E.

Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **Folha de Respostas**.

GRUPO I

GRUPO I

GRUPO I

DIREITO COMERCIAL

QUESTÃO 1

O Código Comercial de 1850 disciplinava, em seu art. 4.º, o Registro do Comércio e impunha aos Tribunais do Comércio do Império a atribuição de proceder à matrícula de todos os comerciantes. Esse tema encontra-se hoje disciplinado pela Lei n.º 8.934, de 18/11/94, que trata do registro público de empresas mercantis e atividades afins. Com fundamento nessa legislação, julgue os itens a seguir.

- ① As informações constantes no registro de empresas mercantis possuem caráter sigiloso, somente podendo ser utilizadas mediante determinação judicial.
- ② O Sistema Nacional de Registro Público de Empresas Mercantis será exercido pelas juntas comerciais e pelo Departamento Nacional do Registro do Comércio.
- ③ Incumbe às juntas comerciais estabelecer e consolidar as normas e diretrizes gerais do registro mercantil.
- ④ A proteção ao nome comercial decorrerá automaticamente do arquivamento dos atos constitutivos de firmas individuais e de sociedades comerciais.
- ⑤ As juntas comerciais dos estados são órgãos integrantes da administração pública federal direta, vinculadas administrativamente ao Departamento Nacional do Registro do Comércio.

QUESTÃO 2

Suponha que Pedro Xavier, em seu primeiro dia de exercício no cargo de procurador do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), foi designado para atuar em dois processos judiciais nos quais constavam como demandadas as sociedades comerciais **Cia. Química do Planalto** e **Pereira e Cia. Ltda.**, respectivamente. Em face dos nomes comerciais indicados, julgue os itens abaixo.

- ① A primeira, identificada por denominação, trata-se de sociedade anônima.
- ② Na primeira sociedade, os sócios responderão solidária e ilimitadamente em caso de falência.
- ③ Em ambas as sociedades, o termo **companhia**, constante na forma abreviada, indica a existência de sócios cujos nomes não constam expressamente nas razões sociais.
- ④ A primeira sociedade será regida por estatuto social; a segunda, por contrato social.
- ⑤ Na segunda sociedade, apenas o sócio cujo nome consta expressamente compondo o nome comercial terá responsabilidade pessoal pelos atos praticados em nome da sociedade.

QUESTÃO 3

Decretada a falência da sociedade anônima Pencol Armações S.A., o síndico logrou arrecadar dinheiro ou bens que, após a sua realização, seriam insuficientes para o pagamento de todas as dívidas da sociedade. Elaborado o quadro geral dos credores, foram identificados os créditos de naturezas e valores a seguir indicados:

- A: dívidas trabalhistas – R\$ 5.000,00;
- B: ICMS a pagar – R\$ 3.000,00;
- C: contribuição previdenciária descontada dos empregados e não-repassada ao INSS – R\$ 2.000,00;
- D: cheques sem fundos – R\$ 5.000,00;
- E: contribuições previdenciárias em atraso – R\$ 2.000,00.

Com fundamento na classificação dos credores acima indicados, julgue os itens seguintes.

- ① A dívida E deverá ser paga prioritariamente em relação à dívida B.
- ② A legislação admite pedido de restituição relativamente à dívida C.
- ③ A dívida D constitui crédito quirografário e será paga apenas na eventualidade de todos os demais credores terem sido pagos.
- ④ A dívida A não necessita de habilitação na falência para obter o seu pagamento.
- ⑤ A dívida B goza de preferência relativamente à dívida A.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 4

Atento à sistemática adotada pelo direito penal brasileiro quanto à lei penal e ao crime, julgue os itens que se seguem.

- ① A eficácia da lei penal no tempo subordina-se, por regra geral, ao princípio *tempus regit actum*.
- ② Para a teoria finalista da ação, são elementos da culpabilidade: a imputabilidade, a consciência (ao menos potencial) da ilicitude e a exigibilidade de comportamento conforme o direito.
- ③ Na conduta omissiva, o nexo de causalidade não se estabelece entre a omissão e o resultado penalmente relevante, mas entre esse resultado e a conduta positiva que o agente estava obrigado a realizar.
- ④ É possível a tentativa no crime doloso, mas não no crime culposos.
- ⑤ A conduta humana de que derive um fato relevante para o direito penal há que ser dominada ou dominável pela vontade, motivo pelo qual não se pode falar em co-autoria nos crimes culposos.

QUESTÃO 5

Considerando a legislação penal em vigor, julgue os itens a seguir.

- ① Para que um fato configure infração contravencional, não há, via de regra, necessidade de a conduta do agente ser informada por dolo ou culpa, bastando a simples voluntariedade.
- ② O ato de improbidade administrativa pode ter por vítima tanto os órgãos da administração pública direta ou indireta, quanto as empresas públicas e sociedades de economia mista com controle acionário de qualquer dos entes federados.
- ③ As causas legais de exclusão da antijuridicidade são, unicamente: o estado de necessidade, a legítima defesa, o estrito cumprimento de dever legal e o exercício regular de direito.
- ④ Nos crimes praticados por funcionário público com violação de dever para com a administração pública, é efeito da sentença penal condenatória a perda do cargo ou função pública do sentenciado, quando aplicada pena privativa de liberdade superior a um ano. Acresce-se, ainda, que esse efeito é automático, sendo irrelevante que seja declarado na decisão condenatória.
- ⑤ O ministro da Previdência e Assistência Social, quando no exercício do cargo e enquanto durar esse exercício, goza de imunidade penal material quanto às opiniões por ele emitidas.

QUESTÃO 6

Ainda com relação à legislação penal brasileira, julgue os itens seguintes.

- ① O fiscal do INSS que exigir de outrem o pagamento de contribuição social que sabe ou deveria saber indevida comete o crime de excesso de exação, ainda que não pretenda ele, com essa conduta, locupletar-se às custas do erário.
- ② O fato de alguém opor-se à execução de ato legal mediante o emprego da denominada **resistência passiva** não caracteriza o crime de resistência.
- ③ Denomina-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal, quando praticada por criança ou adolescente.
- ④ Constitui uma das modalidades de crime contra as relações de consumo o fato de o prestador de serviços empregar, na reparação de produtos, peças ou componentes de reposição usados, sem a autorização do consumidor. Contudo, não se consumará o crime, se da conduta do prestador de serviços não advier lesão ou ameaça de lesão à integridade física do consumidor ou de terceiros.
- ⑤ O crime de homicídio qualificado, seja pelo motivo, meio ou modo de execução, é legalmente denominado hediondo, desde que consumado; essa denominação é excluída, em função de razões de política criminal, nos casos de o crime ser apenas tentado.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 7

De acordo com as regras que norteiam o sistema processual penal brasileiro, julgue os seguintes itens.

- ① Com a consagração do princípio da presunção da inocência (ou estado de inocência) pela Constituição Federal de 1988, não mais se admite, no processo penal brasileiro, a prisão preventiva do acusado que seja primário, possua bons antecedentes, residência fixa e trabalho certo na circunscrição jurisdicional do juízo do processo.
- ② O inquérito policial é requisito imprescindível para o início da ação penal pública ou privada, motivo pelo qual deverá ser rejeitada a denúncia ou a queixa que não se fizer calcar nesse elemento de informação.
- ③ Nos casos em que somente se procede mediante queixa (ação penal privada exclusiva ou principal), considerar-se-á premissa a ação penal quando, sendo o querelante pessoa jurídica, esta se extinguir sem deixar sucessor.
- ④ No direito brasileiro, a ação penal é pública, salvo quando a lei expressamente a declara privativa do ofendido e, em qualquer caso, não se admite ação penal privada nos casos sujeitos a ação penal pública, nem ação penal pública nos casos sujeitos a ação penal privada.
- ⑤ Nos casos de ação penal pública condicionada a requisição do ministro da Justiça, essa requisição autoriza, mas não obriga, o Ministério Público a oferecer a denúncia.

QUESTÃO 8

Em matéria de capacidade ou competência, no direito processual penal, julgue os itens abaixo.

- ① Instaurado conflito de competência (positivo ou negativo) entre um tribunal de justiça e um tribunal regional federal, competirá ao Supremo Tribunal Federal (STF) processar e julgar, originariamente, esse conflito.
- ② Pode a parte, no processo penal, arguir a suspeição do juiz para os atos do processo, mas não poderá o indiciado opor suspeição à autoridade policial nos atos de inquérito policial.
- ③ Se a constituição do estado federado trouxer previsão expressa de competência do tribunal de justiça local para processar e julgar originariamente deputados estaduais nos casos de crimes comuns, essa previsão, segundo vem decidindo o Superior Tribunal de Justiça (STJ), se estenderá aos casos de crimes comuns praticados contra bens, serviços ou interesses da União.
- ④ Estão, em tese, sujeitos tanto a impedimento quanto a incompatibilidade para os atos do processo ou ação penal o juiz, o órgão do Ministério Público, o funcionário e o serventuário da justiça, o perito e o intérprete.
- ⑤ No julgamento de uma causa penal em qualquer dos tribunais brasileiros, não poderão servir no mesmo processo penal os juizes que forem entre si parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive.

QUESTÃO 9

De acordo com a lei processual penal brasileira, julgue os itens a seguir.

- ① Qualquer pessoa do povo possui legitimidade passiva para figurar no processo de *habeas corpus*.
- ② No procedimento penal ordinário, admite-se a citação por edital, mas não a citação por hora certa.
- ③ Via de regra, a sentença deverá ser atacada por recurso de apelação. Todavia, no caso da sentença de pronúncia ou impronúncia, a via recursal própria é o recurso em sentido estrito.
- ④ Todos os prazos correrão em cartório e serão contínuos e peremptórios, não se interrompendo por férias, domingo ou feriado, sendo certo que não se computará na contagem do prazo o dia do começo, incluindo-se, porém, o dia do vencimento. Contudo, o vencimento do prazo somente surtirá efeito para as partes após certidão da sua terminação pelo escrivão do cartório.
- ⑤ Nos crimes de ação penal pública ou privada, sujeitos à competência originária do STF ou do STJ, será o respectivo órgão colegiado que procederá ao julgamento definitivo do feito. Contudo, o recebimento da denúncia ou queixa se dará por despacho singular e fundamentado do relator.

DIREITO DO TRABALHO

QUESTÃO 10

Com relação a princípios do direito do trabalho, julgue os itens abaixo.

- ① O direito do trabalho está marcado pela irrenunciabilidade dos direitos do empregado, verdadeira limitação à sua autonomia de vontade, decorrente do reconhecimento legislativo de vício presumido de consentimento concernente à dependência econômica do empregado.
- ② O princípio da continuidade da relação empregatícia compreende a vedação à dispensa arbitrária e a aquisição de direito provisório à estabilidade no emprego, nas hipóteses disciplinadas na legislação.
- ③ A primazia da realidade determina a prevalência das condições reais de implementação do contrato de trabalho sobre as suas disposições escritas, ainda que o instrumento escrito seja mais vantajoso ao empregado.
- ④ A flexibilização das normas trabalhistas, fenômeno que cresce no ordenamento jurídico trabalhista brasileiro, decorre de autorização legal específica e permite a prevalência de normas menos favoráveis, constantes no texto de acordos ou convenções coletivos.
- ⑤ O princípio da aplicação da norma mais favorável subordina-se, no sistema constitucional brasileiro, ao princípio da hierarquia das normas jurídicas, de tal forma que é correto afirmar que prevalece no direito do trabalho a norma mais favorável apenas entre as normas de igual hierarquia, estando essas, entretanto, subordinadas às normas de hierarquia jurídica superior.

QUESTÃO 11

Acerca do fenômeno da terceirização das relações de emprego, julgue os itens que se seguem.

- ① A terceirização da contratação de pessoal para atividade-meio da empresa, como, por exemplo, a de entrega de mercadorias vendidas, é lícita, em face da jurisprudência fixada pela corte superior em matéria trabalhista – o Tribunal Superior do Trabalho (TST).
- ② Na administração pública, a contratação ilegal de pessoal por intermédio de empresa de locação de mão-de-obra gera o reconhecimento de vínculo empregatício direto com o tomador de serviços.
- ③ É ilícita a contratação intermediada de pessoal temporário para substituição de pessoal permanente ou para atender a acréscimo de necessidade de mão-de-obra.
- ④ Na administração pública indireta estatal, nas empresas públicas e nas sociedades de economia mista, a contratação de pessoal por intermédio de empresa interposta poderá ocorrer em relação a funções nas quais, pela inexigibilidade de conhecimentos específicos ou de escolaridade mínima da clientela a ser contratada, seja impossível a realização de concurso público.
- ⑤ Estabelecida a terceirização lícita de mão-de-obra, fixa-se responsabilidade solidária entre as empresas tomadora e prestadora dos serviços, com relação aos empregados envolvidos.

QUESTÃO 12

Com relação ao contrato individual de trabalho, julgue os itens a seguir.

- ① A legislação trabalhista brasileira não admite a alteração unilateral das condições estabelecidas no contrato individual de trabalho.
- ② Quando um trabalhador se afasta de suas atividades laborais em virtude de desempenho de cargo sindical, configura-se a suspensão do contrato de trabalho.
- ③ No caso de, em decorrência de falecimento do cônjuge, um trabalhador afastar-se de suas atividades laborais pelo prazo previsto em lei, restará configurada a interrupção do contrato de trabalho.
- ④ É devida indenização ao trabalhador pela rescisão de contrato de trabalho por prazo indeterminado, desde que o período de duração do contrato seja superior a um ano.
- ⑤ A embriaguez em serviço, o cometimento de ato de improbidade, a condenação criminal transitada em julgado e a ausência injustificada ao serviço por dez dias consecutivos constituem justas causas para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador.

QUESTÃO 13

Acerca do contrato de trabalho por prazo determinado, autorizado pela Lei n.º 9.601/98, julgue os itens seguintes.

- ① Aplica-se essa modalidade de contrato de trabalho a empregadores que não pratiquem atividade comercial ou industrial.
- ② A contratação de pessoal nessa modalidade deverá obedecer ao limite de cinquenta por cento do total de empregados de cada estabelecimento.
- ③ Pode ser estipulado por prazo superior a dois anos.
- ④ Pode receber mais de uma prorrogação.
- ⑤ Em tal modalidade contratual, não estão garantidas as estabilidade provisórias da gestante, do dirigente sindical e do empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

QUESTÃO 14

Julgue os seguintes itens, pertinentes aos princípios e singularidades do direito processual do trabalho.

- ① A aplicação subsidiária do direito processual civil ocorre na hipótese de omissão da legislação trabalhista e desde que haja compatibilidade com o direito processual do trabalho.
- ② As decisões interlocutórias na justiça do trabalho são irrecorríveis, figurando como exceções ao princípio a interposição de agravo de instrumento contra decisões denegatórias de seguimento e recurso e a interposição de agravo de petição contra decisões incidentais em execução trabalhista.
- ③ Ao juiz do trabalho, presidente de junta de conciliação e julgamento, não é permitido determinar provas e diligências que entender, *ex officio*, necessárias à solução do litígio, somente podendo atender às provas requeridas pelas partes.
- ④ A publicidade dos atos processuais no primeiro grau da justiça do trabalho realiza-se pela publicação, pelo órgão oficial de imprensa, de extrato da sentença proferida em audiência.
- ⑤ A audiência de julgamento prevista na legislação processual trabalhista é realizada de forma concentrada, com obrigatoriedade de apresentação de provas nesta única oportunidade, somente ocorrendo a suspensão e o adiamento de audiência quando não for possível a conciliação ou o julgamento do feito.

QUESTÃO 15

Considere que um comissário de bordo tenha participado de processo seletivo para sua contratação na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1986, tendo sido contratado por uma empresa brasileira de transporte aéreo, para a qual trabalhou de 10/1/87 a 20/12/97. Nos três primeiros anos de seu contrato de trabalho, ele esteve vinculado ao estabelecimento patronal do aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, e atuou no trajeto aéreo triangular que interliga as cidades de São Paulo, Goiânia e Brasília. Em 1990, foi transferido para Brasília, vinculando-se ao estabelecimento da empresa nesta cidade, onde passou a atuar no trajeto triangular que interliga as cidades de Brasília, Campo Grande e Cuiabá. Logo após ser desligado da empresa, o empregado reclamou o pagamento de horas extraordinárias de trabalho não-quitadas. Com relação ao ajuizamento da reclamação trabalhista, julgue os itens a seguir.

- ① Na situação descrita, por tratar-se de empregado viajante, o ajuizamento da reclamatória poderá ser feito no domicílio do empregador, ou seja, na agência a que o empregado esteve vinculado nos últimos cinco anos do contrato de trabalho.
- ② Esse comissário poderá ajuizar a reclamação trabalhista em São Paulo ou em Brasília, em razão de ter sido vinculado aos estabelecimentos de seu empregador localizados nessas cidades.
- ③ O empregado poderá ajuizar a reclamação trabalhista no Rio de Janeiro, foro competente em razão do procedimento de contratação que se desenrolou naquela localidade.
- ④ Ajuizada a reclamação em foro trabalhista incompetente, esta prosseguirá com a prorrogação de competência do juízo, salvo se o reclamado apresentar, na primeira audiência designada, a pertinente exceção de incompetência em razão do lugar.
- ⑤ Se o comissário tivesse sido contratado pela empresa brasileira no exterior, somente poderia ajuizar a reclamação trabalhista em Brasília.

QUESTÃO 16

Um grupo de trinta empregados pretende ajuizar reclamação trabalhista plúrima contra a empresa em que eles trabalham, buscando o cumprimento de cláusulas da sentença normativa de sua categoria profissional, que se encontram inobservadas pelo empregador. A esse respeito, julgue os itens abaixo.

- ① Nessa situação, a ação trabalhista mencionada é a ação de cumprimento plúrima e poderá ser proposta pelo sindicato da categoria profissional, independentemente da outorga de poderes por parte dos empregados.
- ② A ausência de um dos reclamantes impõe o arquivamento do feito quanto a este e o prosseguimento da ação exclusivamente com relação aos remanescentes.
- ③ Os reclamantes podem eleger representante do grupo e, mesmo sem o consentimento do reclamado, o comparecimento do representante supre a ausência dos demais, impedindo o arquivamento parcial do feito.
- ④ O grupo de reclamantes, impossibilitado de comparecer à audiência, pode fazer-se representar por dirigente sindical, logrando obter o prosseguimento do feito.
- ⑤ O juiz presidente de junta de conciliação e julgamento poderá, fundamentadamente, impedir a formação de pólo ativo plúrimo, quando o número de litigantes prejudicar o bom andamento do feito.

QUESTÃO 17

Em reclamação trabalhista ajuizada em 11/3/98, o reclamante indicou expressamente ter sido dispensado imotivadamente por seu empregador, em 10/2/96. O empregador, em sua defesa, justificou que a dispensa ocorreu por justa causa de improbidade, apontando ao reclamante a prática reiterada de pequenos furtos aos colegas no local de trabalho. Designada audiência de instrução, estando as partes expressamente convocadas para os respectivos depoimentos pessoais, não compareceram o reclamante e o preposto da empresa reclamada, mas tão-somente seus procuradores. Com relação a essa situação, julgue os itens a seguir.

- ① A junta de conciliação e julgamento somente poderá declarar a prescrição das parcelas decorrentes do contrato de trabalho, se a matéria houver sido argüida nos autos, em defesa ou em pronunciamento oral do procurador da empresa reclamada.
- ② A ausência do reclamante à audiência de instrução impõe o arquivamento da reclamação trabalhista.
- ③ A ausência injustificada de ambas as partes à audiência em que estavam previstos os respectivos depoimentos impõe o adiamento da mesma.
- ④ O ônus probatório referente à dispensa por justa causa é atribuído ao empregado.
- ⑤ Não tendo o empregador comparecido à audiência de instrução para prestar depoimento pessoal, ainda que por intermédio de preposto, sofre a penalidade de confissão ficta, o que torna verdade processual a dispensa imotivada, conforme alegado pelo reclamante.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de 18 a 21.

Déficit público versus dívida social

A revista **Veja**, em edição recente, fazendo sintético balanço do processo de enxugamento posto em prática pelo governo, afirma haverem sido extintos, em menos de dez anos, cerca de seiscentos mil postos de trabalho. No Banco do Brasil foram dispensados cinquenta mil funcionários; a Rede Ferroviária Federal teria posto para fora quarenta mil; a Petrobrás e a Companhia Siderúrgica Nacional, 27 mil e 11.700, respectivamente. No setor privado a onda de demissões é assustadora. Dados do IBGE informam que o mercado formal, em queda livre, reduziu-se a 19,6 milhões, havendo 4,2 milhões de desempregados.

Embora louve o empenho da administração pública na erradicação de empregos desnecessários, não posso deixar de advertir que à prerrogativa de demitir se segue a responsabilidade ética de assegurar condições de recolocação, com salários compatíveis àqueles ganhos anteriormente pelo trabalhador afastado. Não compreendo como servidores públicos, empregados de estatais, sociedades de economia mista ou empresas particulares, desligados em nome de busca do equilíbrio nas contas do governo, ou a outro pretexto qualquer, passem a engrossar o déficit social e ali permaneçam abandonados à própria sorte. Milhões de pessoas, atingidas pela globalização, modernização tecnológica ou medidas de economia, não tendo antes a chance de passar a desempenhar outra atividade ou aprender profissão diferente daquela que exerciam, estão à procura de vagas inexistentes e, se encontradas, disputadas com enormes dificuldades. Pela imprensa ficamos conhecendo relatos daqueles que se estabeleceram com o dinheiro da indenização ou do Fundo de Garantia e malograram, por falta de experiência ou porque o mercado atravessa longo período de crise.

Durante o regime militar a oposição cunhou a expressão dívida social, em contraponto à publicidade do milagre econômico, causador de inúmeras vítimas. Aludia a desempregados, migrantes, favelados, idosos desamparados, menores carentes e abandonados. Esse débito não foi resgatado em doze anos de vida democrática, sendo ampliado com o adensamento populacional e corrigido pela reestruturação do mercado.

Congratulo-me com os responsáveis pela estabilização da moeda e pelo infatigável combate à inflação. Não consigo, porém, como cidadão ligado a questões de trabalho, permanecer neutro frente ao desemprego. O corte fundo de seiscentas mil pessoas, classificadas vagamente como servidores públicos, funcionários de bancos ou empregados de estatais, fazendo com que aceitem PDV ou plano de expulsão equivalente, deve doer na consciência de quem o decreta, a menos que se trate de administrador duro e frio. Bem mais dramático seria se encarasse cada desempregado, identificando-o pelo nome, tomando ciência da situação familiar, constatando que tirou filhos da escola de melhor qualidade, perdeu o plano médico, vendeu carro e telefone e não encontra soluções para elementares necessidades.

Como assinala apropriadamente o Banco Mundial no relatório de 1996 denominado **Do Plano ao Mercado**: “Em última análise, o que importa são as pessoas. No final, o processo de transição de um país será julgado pela resposta a uma pergunta: a população está vivendo melhor do que antes?” O governo brasileiro, com a autoridade de quem pôs em ação o Plano Real, sustenta que sim; deve ser complicado gerar tanta convicção entre milhões que perderam emprego ou fecharam a empresa e estão, há meses, não sabendo o que fazer, a quem apelar, desocupados, sem rendimentos e salários.

Almir Pazzianotto Pinto (Ministro do TST) Opinião / In *Correio Braziliense*, 13/2/98, p. 17 (com adaptações)

QUESTÃO 18

A leitura compreensiva de textos é muito importante em qualquer atividade comunicativa. Interpretar, pelas palavras e suas combinações, as intenções do falante é rotina nas lides de consultoria e assessoramento jurídico. Julgue os itens que se seguem, referentes às idéias expressas no texto.

- ① O primeiro parágrafo informa o leitor acerca das vantagens econômicas decorrentes do processo de enxugamento da máquina administrativa, praticado pelo governo e pelas empresas privadas.
- ② O autor exalta o esforço despendido na direção de extinguir os cargos dispensáveis, existentes na administração pública, não sem apontar para os prejuízos decorrentes das medidas de economia, no plano social.
- ③ Apresentando farta exemplificação das repercussões deploráveis no nível de vida do trabalhador, advindas dos estímulos governamentais para a redução dos gastos, o autor vê como causa imediata do déficit público a dívida social.
- ④ O milagre econômico, causador de muitos prejuízos, segundo o autor, é origem remota do déficit social, cujo débito ainda não foi resgatado, mesmo após o cessamento do regime militar.
- ⑤ No último parágrafo, há uma crítica desfavorável à atuação governamental, no sentido de que o discurso político não consegue convencer os cidadãos que sofrem as consequências da recessão econômica e das medidas tomadas com vistas ao enxugamento da máquina administrativa.

QUESTÃO 19

Com referência ao valor semântico das palavras utilizadas no texto e à relação significativa que apresentam contextualmente, julgue os seguintes itens.

- ① As expressões “posto para fora” (l.3), “onda de demissões” (l.4) e “queda livre” (l.5) estão empregadas em sentido conotativo, significando, respectivamente, **expulso, vagas de exonerações e decadência espontânea**.
- ② As combinações “servidores públicos” (l.9) e “empregados de estatais” (l.9-10) estão dispostas como sinônimas, ao passo que “sociedades de economia mista” (l.10) e “empresas particulares” (l.10) se opõem, motivo por que são consideradas antônimas.
- ③ A palavra “malograram” (l.15) pode ser substituída por **fracassaram**, sem alteração de sentido.
- ④ Contextualmente, verifica-se que o “PDV” (l.24) é condenado pelo autor, por ser uma forma de exclusão voluntária do servidor do sistema produtivo, estimulada pela administração.
- ⑤ A palavra “dramático” (l.25) não está utilizada no sentido de **trágico**, mas, sim, significando **irônico**.

QUESTÃO 20

Duas são as justificativas principais que fundamentam o correto emprego do acento grave indicativo de crase: a presença da preposição **a** nas locuções e a sintaxe de regência, nominal ou verbal. As passagens retiradas do texto, conforme indicação, e postas nos itens abaixo, devido às transformações efetuadas (em negrito), estão com o sinal indicativo de crase suprimido ou acrescentado. Julgue-as quanto à correção gramatical.

- ① Linhas 8 e 9: salários compatíveis **com aqueles** ganhos anteriormente pelo trabalhador afastado
- ② Linha 11: permaneçam abandonados **a sua** sorte
- ③ Linhas 17 e 18: em contraponto **à propagandas publicitárias** do milagre econômico
- ④ Linha 22: como cidadão **dedicado às** questões de trabalho
- ⑤ Linha 29: julgado pela resposta **à** uma pergunta

QUESTÃO 21

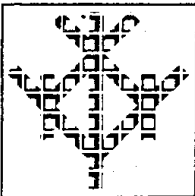
A reescritura de um texto, mantendo o sentido original, passa, necessariamente, por alterações sintáticas e deve preservar a correção gramatical. Julgue se as reescrituras a seguir apresentam correção gramatical e o mesmo sentido das respectivas passagens do texto.

- ① Fazendo sintético balanço do processo de enxugamento posto em prática pelo governo, **a Veja** afirma haver sido extinto cerca de seiscentos mil postos de trabalho, em menos de dez anos. (l.1-2)
- ② O Banco do Brasil dispensou 50.000 funcionários; a Rede Ferroviária Federal mandou para a rua 40.000; a Petrobrás, 27.000 e a Companhia Siderúrgica Nacional 11.700, que somaram mais de uma centena de milhares de pessoas. (l.2-4)
- ③ Não posso deixar de advertir que à responsabilidade ética de assegurar semelhantes condições de colocação se segue a prerrogativa de demitir. (l.7-8)
- ④ Após doze anos de experiência democrática, verifica-se que a dívida social não foi sanada: o adensamento populacional aumentou e a reestruturação do mercado foi corrigida. (l.19-20)
- ⑤ Regozijo-me com a estabilização da moeda e com o combate ao processo inflacionário, desencadeados pelos seus infatigáveis responsáveis. (l.21)

QUESTÃO 22

Julgue os itens que se seguem, com referência à correção ortográfica, sintática e de pontuação.

- ① Existem servidores públicos e empregados de estatais, de sociedades de economia mista ou de empresas particulares que, desligados devido à busca de equilíbrio nas contas, ou a outro pretexto qualquer, passam a engrossar o déficit social e permanecem abandonados à própria sorte.
- ② Há milhões de pessoas atingidas pela globalização tecnológica ou pelas medidas de economia. Essas, não tendo a chance de desempenhar outra atividade, ou de aprender profissão diferente da que exerciam antes, estão à procura das vagas aparentemente inexistentes, as quais, se encontradas, são disputadas com enorme dificuldade.
- ③ Creio que deva doer na consciência de quem assina decretos – a menos que se trate de administrador duro e frio – o corte de seiscentos mil indivíduos, classificados como servidores públicos, funcionários de bancos ou empregados de estatais, porque, por sua assinatura, faz com que tais pessoas aceitem um PDV ou outro plano de expulsão equivalente.
- ④ Uma atitude administrativa bem mais humana (apesar de utópica) seria encarar cada desempregado, identificando-o pelo nome, tomando conhecimento da situação familiar, constatando que, desempregado, retirara os filhos da escola; cancelara o plano médico, vendera o carro e o telefone e não havia encontrado quaisquer soluções para tão elementares necessidades.
- ⑤ O Banco Mundial, em um relatório de 1996, assinalou que, em última análise, o que importa são as pessoas. Destacou que, ao final de um processo de transição, um país será julgado pela resposta dada à seguinte questão: “A população está vivendo melhor do que antes?”



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
CONCURSOS PÚBLICOS – Edital n.º 1/98 – PA/INSS, de 11/2/98
PROCURADOR AUTÁRQUICO

PROVA DISCURSIVA

Na questão a seguir, que vale **vinte** pontos, faça o que se pede, usando as folhas de rascunho do presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o CADERNO DE TEXTO DEFINITIVO da Prova Discursiva, no local apropriado, pois **não serão corrigidas provas com texto escrito em local indevido**. Utilize, no mínimo, **trinta** e, no máximo, **sessenta** linhas. Qualquer texto além dessa extensão será desconsiderado.

ATENÇÃO! No CADERNO DE TEXTO DEFINITIVO, identifique-se apenas na capa, pois **não serão corrigidas** as provas que tenham qualquer marca identificadora fora do local apropriado.

Caso o(a) candidato(a) queira identificar a autoria da peça processual, somente será aceito para tal o nome hipotético PROCURADOR AUTÁRQUICO. O uso de qualquer outra assinatura acarretará a anulação da prova do(a) candidato(a).

Em decorrência do falecimento da avó materna, segurada do INSS e que trabalhava como secretária no escritório Ramos Advogados Associados, localizado na cidade de Brasília – AC, onde residia a falecida, Robson e Leonardo, menores impúberes, residentes na cidade de Rio Branco – AC, requereram ao INSS, seis meses após o óbito, pensão por morte da avó-segurada, alegando dependência econômica com a falecida. Após regular processamento, o órgão previdenciário indeferiu o pedido sob o fundamento de ausência de suporte legal, por não restar comprovado ser a falecida tutora dos menores e serem estes dependentes econômicos dela.

Frustrado o pleito dos menores na esfera administrativa, propuseram eles ação judicial de procedimento ordinário, contra o INSS, na seção judiciária do Acre, requerendo o reconhecimento da dependência econômica com a falecida avó materna e a conseqüente condenação do Instituto-réu na obrigação de fazer correspondente, ou seja, a inclusão dos autores como dependentes da falecida segurada, com a concessão da pleiteada pensão.

Requereram, ainda, tutela específica antecipada, a fim de o INSS ser compelido a instituir a pensão por morte da avó-segurada, em benefício dos autores, visto que, após o falecimento da avó, os menores ficaram sem os alimentos indispensáveis à sobrevivência, alegando estar caracterizada a relevância dos fundamentos expostos na exordial e a necessidade da tutela de urgência. Por fim, requereram a condenação do Instituto-réu nas verbas em atraso, desde o falecimento da avó-segurada, com correção monetária na forma da lei e juros de mora de 1% ao mês, sobre o valor principal atualizado. Requereram, por fim, condenação do Instituto-réu nas custas processuais e nos honorários advocatícios no percentual de 20%.

O juiz processante denegou a tutela específica antecipada. Contra essa decisão, os autores interpuseram o recurso cabível, no prazo legal.

A ação teve curso regular. Após a contestação do Instituto-réu, o juiz, reconhecendo que a ação já estava suficientemente instruída, julgou antecipadamente a lide, declarando a dependência econômica dos autores com a falecida, bem como condenando o INSS a inscrevê-los como dependentes e beneficiários da pensão por morte da segurada falecida, a partir da ocorrência do óbito. Condenou ainda o INSS ao pagamento de correção monetária sobre as verbas em atraso, a partir de quando devidas, com incidência de juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação. Por fim, condenou o INSS nas custas processuais e na verba honorária no percentual de 15% sobre o valor atualizado da condenação.

O julgador, na sentença, reconhecendo a relevância dos fundamentos expostos na exordial, bem como a premente necessidade de alimentos dos autores, concedeu a tutela específica antecipada, determinando que o INSS, no prazo de dez dias, inscrevesse os autores como dependentes e beneficiários da pensão por morte da segurada falecida, efetuando, no mesmo prazo, o pagamento do valor da pensão, sob pena de multa de R\$ 1.000,00 por dia de atraso.

Na qualidade de procurador do INSS, redija, do modo mais completo possível, a peça recursal cabível contra a tutela específica concedida na sentença.



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
CONCURSOS PÚBLICOS – Edital n.º 1/98 – PA/INSS, de 11/2/98
PROCURADOR AUTÁRQUICO

Nas questões de 23 a 70, marque, de acordo com o comando de cada uma delas: itens **CERTOS**, na coluna C;
itens **ERRADOS**, na coluna E.

Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **Folha de Respostas**.

GRUPO II

GRUPO II

GRUPO II

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

QUESTÃO 23

A propósito dos princípios e diretrizes organizacionais da seguridade social, julgue os seguintes itens.

- ① O princípio da universalidade da cobertura e do atendimento garante a todos os residentes no país, por essa condição, igual cobertura diante da mesma contingência ou circunstância.
- ② Os princípios da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais e da diversidade da base de financiamento significam, respectivamente, que idênticas prestações devem ser asseguradas aos segmentos populacionais urbanos e rurais e que o custeio do sistema, a cargo de toda a sociedade, não está exclusivamente vinculado às contribuições oriundas dos orçamentos dos entes de direito público interno, dos empregadores, dos empregados e dos concursos de prognósticos.
- ③ O princípio da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços corresponde ao ideal de que a organização da seguridade social deve conter regras compatíveis com a sua capacidade econômico-financeira e com as necessidades básicas dos protegidos, não consagrando indistintamente a todos as benesses do sistema, senão a partir de critérios equitativos identificáveis pelo legislador.
- ④ O princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios alcança as formas nominal (redução objetiva) e real (perda de poder aquisitivo) e assegura o reajuste daqueles valores, independentemente de quaisquer limites, segundo critérios propostos pelo Conselho Nacional de Seguridade Social (CNSS).
- ⑤ O princípio da equidade na forma de participação no custeio, inspirado em noções de isonomia e dirigido ao legislador ordinário, objetiva adequar o valor das contribuições à capacidade contributiva de todos os responsáveis pelo custeio do sistema.

QUESTÃO 24

A respeito da organização e do financiamento da seguridade social, julgue os itens abaixo.

- ① Ao CNSS, composto por quinze membros indicados e nomeados pelo presidente da República, compete, entre outras atribuições, definir diretrizes gerais e políticas de integração entre as áreas alcançadas pela seguridade social.
- ② As deliberações do CNSS, cujo presidente será eleito entre seus membros para mandato de um ano, inadmitida a reeleição, serão tomadas por maioria simples dos votos dos presentes, desde que atingido o *quorum* mínimo da maioria absoluta de seus membros.
- ③ É segurado obrigatório da previdência social o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismo oficial brasileiro ou internacional do qual seja membro efetivo o Brasil, salvo se lá domiciliado e contratado, pouco importando a sua vinculação paralela ao sistema previdenciário do país do domicílio.
- ④ É segurado obrigatório da previdência social o empregado que presta serviços no Brasil a missão diplomática ou a repartição consular de carreira estrangeira e a órgãos a ela subordinados, ou a membro dessas missões e repartições, excepcionado o não-brasileiro sem residência permanente no Brasil e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou repartição consular.
- ⑤ Ao servidor público civil ou militar da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como das respectivas autarquias e fundações, quando em exercício de outra atividade concomitante abrangida pelo regime geral da previdência, estará assegurada a faculdade da vinculação ao sistema previdenciário próprio ou ao regime geral, mantidos, em qualquer caso, o percentual de contribuição e a base de cálculo mais vantajosos ao contribuinte.

QUESTÃO 25

Ainda acerca do financiamento da seguridade social, julgue os itens a seguir.

- ① A União responderá por eventual déficit financeiro da seguridade social, se causado pelo pagamento de benefícios de prestação continuada da previdência social.
- ② A contribuição das empresas e pessoas jurídicas, inclusive cooperativas, destinada à seguridade social, que incide sobre o total dos pagamentos realizados a qualquer título a segurados empregados, empresários, cooperados, trabalhadores avulsos e autônomos que lhes prestem serviços, corresponde a 20% desse total, com a ressalva de que, nos casos de trabalhadores autônomos, o responsável pelo recolhimento poderá optar pelo pagamento de 15% do salário-base da classe em que o autônomo estiver enquadrado.
- ③ As empresas estão obrigadas ao recolhimento de contribuições destinadas à seguridade social, incidentes sobre o lucro líquido, em percentuais variáveis, de acordo com a atividade comercial explorada.
- ④ Enquadram-se na categoria de segurados especiais o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, sujeitando-se à contribuição para a seguridade social à razão de 20% sobre a receita bruta auferida, já alcançada a contribuição destinada ao custeio das prestações relativas a acidente de trabalho.
- ⑤ Além da renda líquida apurada nos concursos de prognósticos, excetuados os recursos destinados ao Programa de Crédito Educativo, também constitui, entre outras, receita da seguridade social o equivalente a 50% do valor total do prêmio recolhido a título de seguro obrigatório de danos pessoais causados por acidentes de trânsito, para custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados por esses acidentes.

QUESTÃO 26

A propósito do salário-de-contribuição, julgue os itens seguintes.

- ① Em qualquer hipótese, em se tratando de segurado empregado e trabalhador avulso, o limite mínimo do salário-de-contribuição corresponderá ao salário mínimo, tomado no seu valor mensal, diário ou horário, conforme o ajustado e o tempo de trabalho efetivo durante o mês.
- ② O salário-de-contribuição do menor aprendiz corresponde ao valor mensal recebido, observado como limite mínimo o valor do salário mínimo, excluídas as diárias concedidas com propósito indenizatório e que não excedam a 50% de sua remuneração mensal.
- ③ O salário-maternidade, embora concedido pela previdência social, é considerado salário-de-contribuição, ao passo que o décimo terceiro salário, que integra o conceito de salário-de-contribuição, apenas não é computado para cálculo de benefício.
- ④ Integram o salário-de-contribuição os abonos de qualquer espécie ou natureza e as parcelas denominadas indenizatórias pagas ou creditadas a qualquer título, inclusive as geradas por rescisão de vínculo empregatício, tais como férias indenizadas, cotas de salário-família e multa de 40% sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- ⑤ Os segurados que exercem atividades simultâneas sujeitas a salário-base contribuirão com relação a cada uma delas, observado, em cada atividade, o limite máximo definido para o salário-de-contribuição.

QUESTÃO 27

Julgue os itens que se seguem.

- ① Assume a condição de responsável solidário perante a seguridade social o adquirente de prédio ou unidade imobiliária que realizar a operação com empresa de comercialização ou incorporador de imóveis, ficando-lhe assegurado o direito de regresso e de retenção de valores devidos em decorrência da transação, para garantia do cumprimento daquelas obrigações.
- ② Os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações previdenciárias devem ser mantidos à disposição da fiscalização por dez anos, cabendo ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em caso de recusa, sonegação de qualquer informação ou de apresentação deficiente de documentos, propor a competente medida cautelar de exibição, perante a justiça federal.
- ③ Os créditos previdenciários, regularmente inscritos na dívida ativa do INSS, serão executados de acordo com as mesmas regras, prerrogativas e privilégios previstos para a fazenda nacional, com a ressalva de que as multas aplicadas a órgãos da administração federal, estadual, do Distrito Federal e dos municípios, por violação das normas previdenciárias, serão satisfeitas pelos respectivos dirigentes, pessoalmente responsáveis, mediante desconto em folha.
- ④ Nas ações trabalhistas em que for celebrado acordo ou proferida sentença de que resulte o pagamento de direitos sujeitos à incidência da contribuição previdenciária, caberá ao juiz do trabalho, assim como ao juiz de direito investido da jurisdição trabalhista, determinar o seu imediato recolhimento, incidente sobre o valor total apurado, sob pena de a execução se processar nos próprios autos e de acordo com o procedimento previsto pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- ⑤ A prescrição do direito de ação voltado à cobrança de créditos devidos à seguridade social é de dez anos, contados a partir da data em que foram definitivamente constituídos, salvo nos casos dos créditos devidos por segurados empresários e autônomos, em que a prescrição do direito de ação alcança o prazo de trinta anos.

QUESTÃO 28

Com relação à certidão negativa de débito e à matrícula junto ao INSS, julgue os seguintes itens.

- ① A certidão negativa de débito, cujo prazo de validade é de seis meses, não será exigida das microempresas e empresas de pequeno porte, para fins de registro ou arquivamento, no órgão próprio, de atos relativos à transferência de controle de cotas de sociedades de responsabilidade limitada.
- ② A não-exibição de certidão negativa de débito com a seguridade social, quando exigida por lei, tornará nulos de pleno direito todos os atos e registros praticados, também gerando a obrigação solidária dos demais contratantes e do oficial que lavrar ou registrar os respectivos instrumentos.
- ③ O parcelamento do débito previdenciário, por caracterizar novação, autoriza a emissão incondicional da certidão negativa de débito.
- ④ A matrícula da empresa junto ao INSS deve ser feita no prazo máximo de trinta dias contados da inscrição, do registro ou do arquivamento de seus atos constitutivos na junta comercial, sob pena de multa, salvo nos casos das empresas não-sujeitas a Registro do Comércio, quando o prazo de trinta dias é contado do início de suas atividades.
Qualquer obra de construção civil deverá ser matriculada no INSS, mediante comunicação do executor, em trinta dias de seu início, sob pena de multa, ainda quando destinada a residência familiar, de tipo econômico e executada sem a utilização de mão-de-obra assalariada.

QUESTÃO 29

Acerca da justificação administrativa, julgue os itens abaixo.

- ① O processo de justificação administrativa, de cuja decisão não cabe recurso e que não acarreta quaisquer custos para o interessado, constitui recurso utilizado perante a previdência social para suprir a falta ou insuficiência de documento ou produzir prova de fato ou circunstância de interesse de beneficiários.
- ② Apesar da natureza instrumental do processo de justificação administrativa, que tem por objetivo a coleta de provas para a solução de questões previdenciárias, apenas será admissível a sua apresentação em caráter acessório, quando já estiver em curso outro processo administrativo previdenciário.
- ③ O processamento da justificação administrativa será autorizado quando restar demonstrada a inexistência de outro meio apto à comprovação do fato alegado e o início de prova material oferecido levar à convicção do que se pretende comprovar.
- ④ A produção de prova testemunhal é admissível no âmbito da justificação administrativa, perante a previdência social, salvo nos casos de comprovação de tempo de serviço, dependência econômica, relação de parentesco e identidade, para os quais será necessária a existência de início de prova material.
- ⑤ A decisão proferida pela autoridade competente do INSS, reconhecendo a eficácia de justificação administrativa, possui força vinculante para os órgãos da previdência, alcançando os casos futuros em que estiverem envolvidos o mesmo beneficiário e o mesmo fato ou circunstância objeto da justificação originária.

QUESTÃO 30

Com relação às situações tuteladas e aos benefícios concedidos pela previdência social, julgue os itens a seguir.

- ① Considera-se como acidente de trabalho o ocorrido fora do local e do horário de trabalho, desde que esteja o segurado a exercer prestação espontânea à empresa, de forma a lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito.
- ② Independem de carência os benefícios alusivos a aposentadoria especial e aposentadoria por invalidez, pensão por morte e salário-família.
- ③ Ao aposentado por invalidez que recuperar a capacidade laborativa nos cinco anos subseqüentes à concessão do benefício estará assegurado o direito de retornar à função que exercia na empresa, por ocasião de seu afastamento, estando, todavia, assegurada ao empregador a faculdade de rescindir o contrato, arcando com as conseqüências patrimoniais daí resultantes.
- ④ O auxílio-doença, inclusive quando resultante de acidente de trabalho, corresponderá a 91% do valor do salário-de-contribuição, não sendo devido, porém, ao segurado que, por ocasião de sua filiação ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS), já era portador da moléstia ou lesão invocada como causa para o benefício, ainda que a incapacidade laborativa resulte de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.
- ⑤ O salário-família, também devido ao aposentado por idade ou invalidez, é pago diretamente pela empresa, por meio de compensação posterior, mediante a exibição pelo segurado da certidão de nascimento e do atestado anual de vacinação dos filhos menores de catorze anos ou inválidos de qualquer idade, excepcionados do benefício o trabalhador avulso e o doméstico.

QUESTÃO 31

Ainda quanto aos benefícios concedidos pela previdência social, julgue os itens seguintes.

- ① O salário-maternidade, pago mensalmente durante cento e vinte dias, corresponde à remuneração percebida pelas seguradas empregada e trabalhadora avulsa, limitando-se ao valor do último salário-de-contribuição, no caso da empregada doméstica, e a um salário mínimo, no caso da segurada especial.
- ② A pensão por morte é devida ao conjunto de dependentes do segurado falecido ou assim declarado por decisão judicial, habilitados perante a previdência social, correspondendo a 100% do valor da aposentadoria percebida pelo segurado ou que perceberia por invalidez na data de seu óbito ou da decisão judicial correspondente, preservado integralmente o direito de eventuais dependentes não-habilitados perante a previdência social, desde a data em que tenha sido efetuado o primeiro pagamento do benefício.
- ③ O auxílio-reclusão tem como fato gerador o recolhimento do segurado à prisão, conforme comprovado por certidão e por declaração de subsistência da condição de presidiário, quando, atendida a carência de doze contribuições mensais, não estiver o segurado recebendo remuneração da empresa ou em gozo de auxílio-doença, de aposentadoria ou de abono de permanência em serviço.
- ④ O auxílio-acidente será concedido nos casos em que subsistam seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho habitual exercido pelo segurado, a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, em caráter indenizatório e vitalício, correspondendo a 50% do salário-de-benefício do segurado e não se cumulando com outro auxílio-acidente, ainda que proveniente de evento diverso que tenha gerado novas seqüelas que agravem a redução da capacidade laborativa do segurado.
- ⑤ O auxílio-acidente devido ao segurado aposentado que retornou ao RGPS, na condição de empregado, pressupõe a concessão do auxílio-doença acidentário, também lhe estando assegurado o direito à reabilitação profissional.

QUESTÃO 32

Julgue os itens que se seguem.

- ① A perda da qualidade de segurado não prejudica o direito à aposentadoria, caso tenham sido preenchidos todos os requisitos previstos pela lei vigente à época em que foram implementados, o mesmo ocorrendo em relação à pensão devida aos dependentes de segurado falecido após perder essa qualidade, já que não há qualquer carência para a concessão do benefício.
- ② O prazo prescricional das ações alusivas à prestação por acidente de trabalho é de cinco anos contados a partir do acidente, de que resultar morte ou incapacidade temporária, ou do momento em que for reconhecida pela previdência a incapacidade permanente ou o agravamento das seqüelas do acidente, sendo a competência para essas causas da justiça dos estados e do Distrito Federal, segundo o rito sumaríssimo, salvo durante as férias forenses, com isenção de custas e de verbas relativas à sucumbência.
- ③ De acordo com a legislação previdenciária, a comprovação do tempo de serviço, tanto na esfera administrativa quanto na judicial, só será admitida quando embasada em início de prova material, sendo inaceitável a prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito.
- ④ O benefício previdenciário é impenhorável, não se sujeita a arresto ou a seqüestro e apenas pode sofrer desconto correspondente a valor devido à previdência, previsto em lei ou proveniente de obrigação de prestar alimentos, reconhecida em sentença judicial, estando assegurado ao beneficiário, em qualquer caso, o direito de cedê-lo a terceiro, mediante prévia notificação ao INSS, nos termos da lei civil.
- ⑤ Os procuradores da previdência social poderão firmar desistências ou transigências judiciais, salvo nos casos em que os valores em litígio suplantarem o limite definido pelo Conselho Nacional de Previdência Social, hipóteses em que deverá haver anuência escrita do procurador-geral do INSS ou de seu presidente.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 33

O direito processual civil, ramo do direito público, é regido por normas que se encontram na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional. Existem, porém, princípios e institutos processuais cujo âmbito de incidência e respectivo procedimento para aplicação encontram-se na própria Carta da República, fenômeno que a doutrina denominou de **direito constitucional processual**. Com base nesse enunciado conceitual, julgue os itens abaixo.

- ① O princípio constitucional processual do devido processo legal, segundo o qual ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal, caracteriza-se pelo trinômio vida-liberdade-propriedade, ou seja, tudo o que disser respeito à tutela da vida, da liberdade ou da propriedade está sob a proteção do *due process of law*.
- ② O princípio constitucional processual da inafastabilidade do controle jurisdicional, segundo o qual a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, tem por destinatário principal o legislador e assegura aos jurisdicionados o acesso à justiça para postular tutela jurisdicional preventiva ou reparatória relativamente a um direito, seja individual, coletivo ou difuso.
- ③ A instância administrativa de curso forçado – exigência de prévio esgotamento da via administrativa para que se possa ingressar com ação em juízo – constitui uma condição de procedibilidade, tendo aplicação geral e significando, em conformidade com as condições da ação e os pressupostos processuais, uma limitação natural e legítima ao exercício do direito de ação, não configurando ofensa ao princípio constitucional processual da inafastabilidade do controle jurisdicional.
- ④ O princípio constitucional processual do contraditório, segundo o qual aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, constitui manifestação do princípio do estado de direito, configurando, em síntese, o direito que as partes têm de serem ouvidas paritariamente em todos os termos do processo. O instituto da revelia, que, inclusive, conduz o processo para o julgamento antecipado da lide, é uma exceção a esse princípio.
- ⑤ As prerrogativas processuais concedidas à fazenda pública e ao Ministério Público – prazo em dobro para recorrer e em quádruplo para contestar, de acordo com o Código de Processo Civil (CPC) – não infringem o princípio constitucional da igualdade, pois o referido princípio protege a igualdade substancial. Além das autarquias, também os entes da administração pública indireta são beneficiários dessas prerrogativas, posto que tais entes são constituídos por parcela do patrimônio público.

QUESTÃO 34

O processo de conhecimento tem como objetivo a composição da lide mediante a sentença de mérito. Essa modalidade de processo é orientada por princípios que se irradiam pelos diversos artigos que compõem o livro I do CPC. Com base em tais princípios, julgue os itens a seguir.

- ① A sujeição da sentença ao duplo grau de jurisdição, prevista no CPC, tem a natureza jurídica de recurso e, por isso, exige a obediência ao prazo respectivo, sendo apenas dispensada a exigência do preparo porque o recorrente *ex officio* é o juiz do processo.
- ② A lei processual possibilita o reconhecimento liminar da improcedência do pedido, por inépcia da petição inicial, caso em que a correspondente sentença ficará sujeita a apelação. Interposto o recurso de apelação, faculta-se ao juiz reformar a sua decisão, o que, se não ocorrer, obrigará que os autos sejam imediatamente encaminhados ao tribunal competente para exame do recurso.
- ③ A admissão de litisconsorte ativo facultativo é sempre possível, mesmo após a citação do réu, porque tal providência está em conformidade com o princípio da economia processual para evitar a repetição de demandas.
- ④ A competência para processar e julgar uma ação judicial é determinada no momento em que a ação é proposta, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando alterarem a competência territorial.
- ⑤ A identidade de causa de pedir ocasiona o fenômeno da conexão, caso em que o juiz, de ofício, poderá ordenar a reunião das ações correspondentes, a fim de que sejam decididas simultaneamente. Na hipótese de as ações estarem sendo processadas perante juízes com a mesma competência territorial, será considerado prevento aquele que despachou em primeiro lugar.

QUESTÃO 35

Acerca das disposições legais contidas no processo de conhecimento, julgue os itens seguintes.

- ① A tutela antecipada e a tutela específica são institutos consagrados na recente reforma do CPC, disciplinando essa última a antecipação em obrigações de fazer ou de não fazer. Ambas as tutelas são espécies do gênero tutela de urgência, que tem o objetivo assegurar o direito fundamental à efetividade do processo, garantido constitucionalmente, ante a vedação à justiça privada.
- ② É admitida a cumulação de pedidos em um único processo, ainda que entre eles não haja conexão, desde que sejam contra o mesmo réu, sejam compatíveis entre si, seja o mesmo juízo competente para conhecer todos os pedidos e haja adequação procedimental, podendo ser empregado o procedimento ordinário, caso ocorra diversidade de rito.
- ③ A contestação e a reconvenção, por constituírem autônomas formas de resposta do réu, devem ser oferecidas em peças processuais separadas e podem ser apresentadas em datas diferentes, desde que ambas as peças sejam protocolizadas em juízo no prazo legal de defesa, prazo esse prorrogado em dobro, quando se tratar de litisconsortes com diferentes procuradores.
- ④ Citado o réu para uma ação, o mesmo, apresentando contestação, poderá formular defesa direta ou defesa indireta ao pedido. Cada uma dessas modalidades de defesa conduz o processo para uma providência preliminar diversa. O conteúdo da defesa direta ao pedido pode embasar uma ação declaratória incidental.
- ⑤ A sentença que condenar o réu ao pagamento de uma prestação, consistente em dinheiro ou em coisa, valerá como título constitutivo de hipoteca judiciária, salvo se o credor puder promover a execução provisória da sentença.

QUESTÃO 36

O processo cautelar possui autonomia processual (livro III do CPC), mas não tem um fim em si mesmo, posto que cada ação materialmente cautelar possui referibilidade a um denominado processo principal, seja este de conhecimento ou de execução. Com base nisso, julgue os itens que se seguem.

- ① Segundo o CPC, as medidas cautelares incidentais serão requeridas ao juiz da causa e, quando preparatórias, ao juiz competente para conhecer da ação principal. Essa preceituação permite afirmar, em princípio, que a distribuição de uma medida cautelar antecedente toma prevento o juiz para a causa principal.
- ② A medida liminar concedida na ação cautelar preparatória que acarrete ofensa à esfera jurídica da parte contrária gera o dever de ser proposta a ação principal no prazo de trinta dias, contados a partir da data da efetivação da medida, sob pena de a medida liminar perder a eficácia e o processo cautelar ser extinto por superveniente falta de interesse processual.
- ③ As medidas liminares nascem sob o signo da instabilidade. Elas são, por natureza, modificáveis e revogáveis. Embora não haja obstáculos normativos a impedir que as medidas liminares sejam revogadas ou modificadas, esta possibilidade de alteração não é absoluta e deve sujeitar-se a certos princípios que lhe dêem um grau desejável de estabilidade, indispensável a qualquer provimento judicial. Com isso, a permanência do estado de perigo – fator *rebus sic stantibus* –, reconhecido quando da concessão da medida, é critério disciplinador da estabilidade dos provimentos liminares.
- ④ O magistrado pode condicionar a efetivação da medida liminar por ele concedida à prestação de caução a ser feita pelo autor. Essa caução tem cabimento quando delineado, na espécie, o *periculum in mora* inverso.
- ⑤ O processo de justificação, tratado no CPC como medida cautelar nominada, não possui caráter contencioso e não admite defesa nem recurso, sendo os autos entregues ao próprio interessado; diante disso, é correto afirmar que, no rigor técnico-científico, a justificação não constitui verdadeiro processo cautelar, embora arrolada no CPC.

QUESTÃO 37

O processo de execução, regido pelo livro II do CPC, e a execução fiscal, disciplinada na Lei n.º 6.830/80, mantêm princípios comuns, com algumas diferenças decorrentes da natureza de cada um. A respeito desse assunto, julgue os seguintes itens.

- ① Tanto o processo de execução singular quanto a execução fiscal hão de se alicerçar em título executivo e devem satisfazer, simultaneamente, aos requisitos de liquidez, certeza e exigibilidade, realizando-se ambas as execuções no interesse do credor.
- ② A execução fiscal somente pode versar sobre crédito tributário de que seja titular a fazenda pública, não estando essa cobrança judicial sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, concordata, liquidação, inventário ou arrolamento.
- ③ A absoluta impenhorabilidade de bens, prevista no CPC, não se aplica à execução fiscal porque esta é disciplinada em lei especial (Lei n.º 6.830/80) que não contém essa norma impeditiva à penhora.
- ④ A impugnação dos embargos do devedor, no processo de execução fiscal, poderá ser feita pela fazenda pública no prazo legal de trinta dias, com sua ampliação em quádruplo prevista no CPC.
- ⑤ Após ser extinta a execução fiscal, por sentença com base em pagamento, a fazenda pública, verificando a ocorrência de saldo remanescente, poderá requerer o prosseguimento da execução nos mesmos autos, tendo em vista que o processo em questão somente se encerra com o pagamento integral do débito.

QUESTÃO 38

A Lei n.º 8.038, de 28/5/90, popularmente denominada lei dos recursos, teve como objetivo criar normas procedimentais perante o STJ e o STF, acerca dos processos nela especificados. Partindo dessa premissa e com base no texto legal, julgue os itens abaixo.

- ① A lei dos recursos tornou-se uma imperiosa necessidade, decorrente das inovações introduzidas pela Constituição Federal de 1988, que criou, simultaneamente, novos tribunais e recursos.
- ② Para preservar a competência de qualquer tribunal brasileiro, ou garantir a autoridade de suas decisões, caberá o instituto da reclamação, por iniciativa da parte interessada ou do Ministério Público.
- ③ Os recursos extraordinário e especial, nos casos previstos na Constituição, serão interpostos perante o presidente do tribunal recorrido, em petições distintas, e, se admitidos os recursos, serão os autos, com ambos os recursos, remetidos para o STJ.
- ④ Das decisões denegatórias de mandado de segurança, proferidas em única instância pelos tribunais regionais federais ou pelos tribunais de estados e do Distrito Federal, caberá o recurso de apelação ao STJ, no prazo de quinze dias.
- ⑤ Não caberá recurso contra a decisão do relator que, no STF ou no STJ, decidir acerca do pedido ou do recurso que houver perdido seu objeto, bem como contra a decisão do relator que negar seguimento a pedido ou a recurso manifestamente intempestivo, incabível ou improcedente.

QUESTÃO 39

João de Deus, aposentado do INSS, impetrou mandado de segurança contra ato do presidente do Instituto, ao fundamento de ter sido suprimida parte do valor de seu benefício previdenciário, fato que já vinha ocorrendo há três meses, tendo em vista ilegal e sigilosa revisão da renda mensal inicial de seu benefício, efetuada pela autoridade impetrada. O juiz concedeu medida liminar para restabelecer o pagamento do valor integral do benefício. As informações aduzem, em preliminar, a ilegitimidade passiva *ad causam* e a impropriedade da via eleita e, no mérito, a legalidade do ato atacado. O parecer do Ministério Público adotou a tese de denegação da segurança. A decisão final foi concessiva da segurança, determinando o restabelecimento do pagamento do valor integral do benefício, equivalente à renda mensal inicial. Com relação à situação descrita e à lei de mandado de segurança, julgue os itens a seguir.

- ① O INSS tem legitimidade para recorrer contra a sentença concessiva no mandado de segurança. O recurso cabível é o de apelação, no prazo de quinze dias. A hipótese também comporta a remessa necessária (duplo grau de jurisdição).
- ② Considerando ter sido a decisão final favorável ao impetrante, poderá ele, nos próprios autos do mandado de segurança, reaver o valor das parcelas que estavam sendo indevidamente suprimidas do valor de seu benefício previdenciário, mesmo aquelas anteriores à impetração.
- ③ No eventual recurso contra a sentença concessiva da segurança, pode ser requerida a extinção do processo, sem julgamento do mérito, por ilegitimidade passiva *ad causam*, ao fundamento de a autoridade que figura no pólo passivo da demanda não ser a responsável pelo ato impugnado, pois o presidente do INSS, na hipótese, foi apenas o superior que expediu normas gerais recomendativas do ato impugnado.
- ④ A lei do mandado de segurança considera de âmbito federal a autoridade coatora, se as consequências de ordem patrimonial do ato impugnado tiverem de ser suportadas por qualquer órgão ou entidade de natureza federal, tais como União, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações.
- ⑤ Desde que o ato ilegal seja comprovado mediante prova documental pré-constituída, o mandado de segurança cabe ser impetrado contra ato de particular, quando este estiver na direção de qualquer empresa prestadora de serviços à população.

QUESTÃO 40

Diante das distinções e características das modalidades de processos disciplinadas no CPC, julgue os itens seguintes.

- ① Quando o autor tiver formulado pedido certo, o juiz somente poderá proferir sentença ilíquida, sujeita, portanto, a futura liquidação, quando não existirem nos autos elementos seguros para definir o alcance ou montante da condenação.
- ② Os denominados **procedimentos especiais** foram separados em livro próprio do CPC porque constituem procedimentos sem nenhuma contenciosidade ou qualquer natureza jurisdicional.
- ③ No curso de qualquer ação judicial que estiver em tramitação, o juiz, verificando a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes, suspenderá o processo e marcará prazo razoável para ser sanado o defeito.
- ④ O procedimento é a soma dos atos processuais. O sistema da legalidade da forma do ato, racional e previamente estabelecida por lei, representa a garantia de segurança para as partes em suas relações recíprocas e com o juiz. A eficácia do ato processual depende, em princípio, de sua celebração segundo os cânones da lei. No entanto, a ineficácia do ato decorre sempre de decisão judicial que lhe reconheça a irregularidade. Essa decisão pode ser de ofício (forma com o fim de preservar interesse de ordem pública) ou dependente de requerimento da parte interessada (forma com o fim de preservar interesse da parte). Nessa última hipótese, a parte deve alegar a nulidade na primeira oportunidade que tiver para falar nos autos, sob pena de preclusão.
- ⑤ A coisa julgada só atinge as partes do processo, não alcançando juridicamente terceiros. No entanto, a eficácia natural da coisa julgada há de ser suportada por todos, mesmo causando prejuízo de fato a terceiros.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 41

Sheila Peres, com dezessete anos de idade, recebeu de herança de sua mãe uma pequena poupança no valor de R\$ 5.000,00. Com o dinheiro da poupança, montou um pequeno negócio, estabelecendo-se comercialmente com economia própria. Em face dessa situação, julgue os itens que se seguem.

- ① Somente após o reconhecimento judicial de sua situação de fato, relativa ao estabelecimento mercantil com economia própria, Sheila poderá praticar validamente atos jurídicos.
- ② A incapacidade relativa de Sheila cessará quando ela atingir a idade de dezoito anos.
- ③ Os atos praticados pela menor deverão ser tornados nulos até que ela obtenha a sua emancipação.
- ④ Caso Sheila deseje casar-se, necessitará de autorização de seu pai, sob pena de ser o casamento anulado.
- ⑤ Ainda que se admita a incapacidade relativa da menor, completada sua maioridade, poderiam ser convalidados ou ratificados todos os atos por ela praticados, retroagindo a ratificação à data do ato.

QUESTÃO 42

Considerando as regras constantes na lei de introdução ao Código Civil acerca da aplicação da lei no tempo e no espaço, julgue os itens seguintes.

- ① Salvo disposição em contrário, a lei começa a vigorar no país quarenta e cinco dias após a sua publicação.
- ② Caso haja necessidade de se fazerem correções em texto de lei já em vigor, essas correções serão consideradas lei nova.
- ③ Lei nova que contenha disposições gerais não revoga lei anterior que contenha disposições especiais; a vigência de lei nova, no entanto, que contenha disposições especiais revoga lei que contenha disposições gerais.
- ④ Obrigação resultante de contrato considera-se constituída no lugar em que residir o aceitante.
- ⑤ Relativamente a bens móveis que pessoa domiciliada no exterior traga para o Brasil, aplicar-se-á a lei brasileira.

QUESTÃO 43

Maria devia a João a quantia que, hoje, devidamente atualizada, corresponde a R\$ 2.000,00, decorrente da emissão de cheque sem provisão de fundos. Iniciada a prescrição da ação executiva do cheque, João procurou a emitente do título, a fim de buscar outras formas amigáveis de pagamento. Em vez de ocorrer o pagamento da dívida, credor e devedora apaixonaram-se e, em menos de trinta dias, casaram-se. Após cinco anos, o casamento não mais se sustentou e João e Maria obtiveram a separação judicial amigável. Foi determinado que João pagaria pensão alimentícia a Maria no valor de R\$ 2.000,00, a serem depositados, a partir do primeiro mês subsequente à separação, em conta-corrente bancária especificada. Já no primeiro mês em que deveria ser paga a pensão, João alegou que a sua dívida relativa à pensão alimentícia estaria extinta em decorrência da antiga dívida relativa ao cheque. Em face dessa situação imaginária, julgue os itens abaixo.

- ① Considerando-se que o prazo para a execução do cheque é de seis meses, a contar da expiração do seu prazo de apresentação, e tendo decorrido mais de cinco anos, a dívida do cheque está extinta, sendo descabida a alegação de João.
- ② Em situações semelhantes, como, por exemplo, as em que A deve a B e B deve a A, verifica-se o instituto da confusão, forma indireta de extinção de obrigações.
- ③ Entre os cônjuges, na constância do casamento, verifica-se a interrupção do prazo prescricional.
- ④ Findo o casamento, o prazo prescricional começará a contar, sem aproveitar o prazo anteriormente decorrido.
- ⑤ A dívida de João, de natureza alimentícia, não poderá ser compensada com a dívida decorrente do não-pagamento do cheque.

QUESTÃO 44

Independentemente do regime de bens, o cônjuge **não** poderá, sem o consentimento do outro,

- ① hipotecar bem imóvel.
- ② prestar fiança.
- ③ prestar aval.
- ④ fazer doação com os bens ou rendimentos comuns, ainda que de pequeno valor.
- ⑤ pleitear, como autor ou réu, direitos relativos a bens imóveis.

QUESTÃO 45

Pedro, residente no Rio de Janeiro, encaminhou por *fax*, no dia 1/2/98, proposta de contrato de compra e venda de bem móvel para Manoel. Este, não estando satisfeito integralmente com a proposta original, apresentou modificações em relação ao texto original. Manoel encaminhou, de Brasília, a sua proposta por correspondência epistolar, datada de 5/2/98. Essa nova proposta foi recebida por Pedro no dia 7/2/98, data em que, novamente por carta, Pedro manifestou sua aceitação relativamente aos novos termos propostos. A resposta chegou a Manoel no dia 9/2/98. Em face dessa situação, julgue os itens que se seguem.

- ① No presente caso, considerar-se-á Manoel como proponente.
- ② Considerar-se-á perfeito o contrato no dia 7/2/98, dia em que a aceitação de Pedro foi expedida.
- ③ Devido à inexistência de cláusula expressa relativa ao local da celebração do contrato, será este considerado celebrado em Brasília.
- ④ Caso Pedro, após ter expedido a sua aceitação por via epistolar, reconsiderasse sua decisão e fizesse chegar a Manoel, antes ou concomitantemente com a referida aceitação, manifestação de vontade em que deixasse inequívoca a sua retratação, considerar-se-ia inexistente a aceitação.
- ⑤ A contraproposta de Manoel não o obriga ao seu cumprimento.

QUESTÃO 46

Acerca da classificação dos bens, julgue os itens a seguir.

- ① O fundo de comércio é considerado em seu conjunto um bem incorpóreo.
- ② Os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele mesmo serem reempregados, não perdem o caráter de bens imóveis.
- ③ Coisas fungíveis são aquelas que podem ser identificadas pelo seu gênero, sua qualidade e sua quantidade.
- ④ Os minerais contidos no subsolo são considerados bens acessórios relativamente à propriedade do solo.
- ⑤ As benfeitorias necessárias, úteis e volutuárias são consideradas bens acessórios.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 47

Julgue os itens abaixo, relativos à organização e aos privilégios administrativos da administração pública brasileira.

- ① As sociedades de economia mista somente podem ser criadas por meio de lei específica, apesar de tais entes serem sempre criados sob a forma de pessoa jurídica de direito privado.
- ② Fica sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório a sentença que julgar procedente o pedido deduzido em ação em que a fundação pública federal figure como ré.
- ③ Uma empresa pública é constituída de capital exclusivamente público, embora esse capital possa pertencer a mais de um ente.
- ④ São processadas e julgadas na justiça federal as ações propostas por servidores contra as empresas públicas federais com as quais mantenham relação jurídica laboral.
- ⑤ Os bens do INSS são impenhoráveis. Os débitos desse ente público, definidos em sentença judicial, são pagos exclusivamente por meio de precatórios.

QUESTÃO 48

Julgue os itens a seguir, com relação ao abuso do poder administrativo e à invalidação dos atos administrativos.

- ① O ordenamento jurídico investe o cidadão de meios para desencadear o controle externo da omissão abusiva de um administrador público. Não há, porém, previsão legal específica que autorize um cidadão a suscitar o controle da omissão pela própria administração.
- ② Em consonância com as construções doutrinárias acerca do uso e do abuso do poder administrativo, a lei considera que o gestor público age com excesso de poder quando pratica o ato administrativo visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.
- ③ Para as partes envolvidas, os efeitos da anulação de um ato administrativo retroagem à data da prática do ato ilegal. Apesar da anulação, porém, admite-se a produção de efeitos válidos em relação a terceiros de boa-fé, podendo o ato anulado ensejar, por exemplo, uma eventual reparação de danos.
- ④ A ação popular e o mandado de segurança são instrumentos processuais adequados à eventual invalidação de atos administrativos discricionários.
- ⑤ A revogação do ato administrativo é ato privativo da administração pública, haja vista decorrer de motivos de conveniência ou oportunidade. Como corolário, é correto afirmar, então, que o Poder Judiciário jamais poderá revogar um ato administrativo.

QUESTÃO 49

Julgue os itens seguintes, acerca de dispensa, inexigibilidade e modalidades de licitação.

- ① Obras, compras e serviços podem ser contratados pela administração pública sob diferentes modalidades de licitação: concorrência, tomada de preços ou convite. Quando, porém, em face do valor estimado da contratação, o objeto licitado for enquadrável em uma dessas modalidades, a administração não poderá realizar a licitação por meio de qualquer uma das outras.
- ② Caso as circunstâncias o justifiquem, o administrador público poderá dispensar a realização de licitação, qualquer que seja o valor da contratação, quando não se apresentarem interessados na licitação anterior.
- ③ Se o contratado não concluir a obra licitada, ocasionando a rescisão do contrato, será inexigível a realização de licitação para contratação do remanescente da respectiva obra.
- ④ É lícita a combinação de diferentes modalidades de licitação, desde que o objeto licitado seja adequadamente dividido e, conseqüentemente, sejam observados os limites de valor de cada modalidade.
- ⑤ As modalidades de licitação são previstas em lei de forma taxativa, de maneira que o administrador não pode, em hipótese alguma, criar uma nova forma de licitação pública.

QUESTÃO 50

Julgue os itens que se seguem, relativos ao procedimento e às fases da licitação.

- ① O licitante decairá do direito de impugnar os termos do edital se não propuser a respectiva ação judicial até o segundo dia útil que anteceder à abertura dos envelopes de habilitação. Consumada a decadência, o licitante só poderá questionar em juízo irregularidades eventualmente havidas em fases posteriores à publicação do edital.
- ② Para a habilitação nas licitações, é lícito exigirem-se dos interessados, exclusivamente, documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal.
- ③ A lei admite que a administração desclassifique concorrentes por motivo relacionado à habilitação, mesmo após a abertura das propostas dos licitantes, mas somente em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- ④ A administração pública pode, discricionariamente, deliberar que a escolha da proposta vencedora para a construção de um edifício seja feita pelo critério melhor preço, melhor técnica ou técnica e preço.
- ⑤ A par de implementar os princípios da isonomia e da moralidade administrativa, o instituto da licitação objetiva viabilizar ao gestor alcançar o melhor contrato possível para a administração pública. Assim, em uma concorrência do tipo menor preço, estando definida a habilitação e a qualificação dos interessados, à administração é indiferente o fato de a melhor proposta apresentar preços meramente simbólicos. À administração pública não cabe gerir os interesses de particulares.

QUESTÃO 51

Julgue os seguintes itens, acerca do poder de polícia administrativa.

- ① Em decorrência do poder de polícia de que é investida, a administração pública pode condicionar e restringir o uso e o gozo de bens, atividades e direitos individuais, independentemente de prévia autorização judicial.
- ② O acatamento do ato de polícia administrativa é obrigatório ao seu destinatário. Para fazer valer o seu ato, a administração pode até mesmo empregar força pública em face da resistência do administrado, sem que, para isso, dependa de qualquer autorização judicial.
- ③ As sanções decorrentes do exercício do poder de polícia administrativa – por exemplo, a interdição de atividade, o fechamento de estabelecimento, a demolição de construção, a destruição de objetos e a proibição de fabricação de determinados produtos – só podem ser aplicadas após regular processo judicial, haja vista a dimensão da restrição de direitos individuais implementada.
- ④ A proporcionalidade entre a restrição imposta pela administração e o benefício social que se tem em vista, bem como a correspondência entre a infração cometida e a sanção aplicada, podem ser questionadas em juízo, mas deverão ser esgotadas previamente as vias recursais administrativas, sob pena de o Poder Judiciário proclamar a falta de interesse de agir do administrado.
- ⑤ Considerando a natureza e os efeitos da atuação da polícia administrativa, os atos administrativos praticados nessa esfera são estritamente vinculados.

QUESTÃO 52

Julgue os itens abaixo, relativos aos direitos e às vantagens atribuídos aos servidores públicos federais.

- ① O servidor de uma fundação pública federal fará jus a três meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, após cada quinquênio ininterrupto de efetivo exercício no cargo.
- ② Na hipótese de substituição de servidor investido em cargo de direção, o substituto só fará jus à retribuição pelo exercício do referido cargo por período que exceder a trinta dias de afastamento do titular.
- ③ O servidor investido em cargo efetivo e designado para o desempenho de função de chefia não terá direito à incorporação, na sua remuneração, de qualquer proporção da respectiva gratificação.
- ④ É facultado ao servidor converter um terço do período de férias em abono pecuniário, desde que o requeira com, pelo menos, sessenta dias de antecedência.
- ⑤ Não é admissível que servidor ocupante de cargo efetivo de um órgão público seja transferido para cargo do quadro de pessoal de outro órgão, ainda que ambos os órgãos integrem a estrutura do mesmo poder.

QUESTÃO 53

Julgue os itens a seguir, acerca da seguridade social do servidor público federal.

- ① O servidor que contar tempo de serviço para aposentadoria com provento integral será aposentado com a remuneração do padrão da classe imediatamente superior àquela em que se encontra posicionado.
- ② A servidora que adotar uma criança terá direito a licença remunerada, cuja duração (trinta ou noventa dias) variará conforme o adotado tenha mais ou menos de um ano de idade.
- ③ O servidor acidentado no percurso da residência para o trabalho será licenciado para tratamento, sempre com remuneração integral.
- ④ O companheiro de servidora falecida é beneficiário de pensão vitalícia, mas perderá essa qualidade, extinguindo-se o benefício, se vier a contrair núpcias.
- ⑤ É imprescritível o direito ao benefício de pensão por morte de servidor. Todavia, prescrevem em cinco anos as respectivas prestações.

QUESTÃO 54

Julgue os itens seguintes, a respeito da administração pública.

- ① É inconstitucional a lei que fixe a idade mínima para o acesso a determinados cargos públicos em patamar superior a dezoito anos.
- ② À administração pública é vedada a realização de novo concurso público para provimento de cargos se, no prazo de validade do certame anterior, ainda houver candidatos aprovados mas não-nomeados.
- ③ Considerando que as empresas públicas e as sociedades de economia mista sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, tais entes não estão obrigados a contratar obras, compras e serviços mediante licitação pública.
- ④ Os atos de improbidade administrativa podem ensejar, entre outras consequências, a cassação dos direitos políticos do servidor reconhecido como responsável pela prática do ato viciado.
- ⑤ O ordenamento jurídico não veda que um empregado de uma sociedade de economia mista seja, concomitantemente, empregado de uma sociedade comercial.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 55

Considerando a teoria das constituições, julgue os itens seguintes.

- ① Uma vez que no Brasil são reconhecidas, ao lado dos preceitos expressos no corpo constitucional, normas constitucionais implícitas, é correto afirmar que o ordenamento constitucional brasileiro apresenta também uma constituição não-escrita.
- ② Toda constituição escrita é rígida.
- ③ Toda norma constitucional, qualquer que seja o tipo da constituição, é dotada de supremacia sobre as demais, em todos os aspectos.
- ④ A rigidez das constituições é o pressuposto do controle de constitucionalidade.
- ⑤ A consequência precípua da supremacia das normas constitucionais consiste em que todas as normas do ordenamento jurídico e todo o exercício do poder e das competências têm de se conformar com os preceitos constitucionais.

QUESTÃO 56

O duplo significado com que costuma ser empregada a expressão “jurisdição” é também empregado em relação àquela sua particular especificação denominada “jurisdição constitucional”. De maneira que, mais precisamente, esta última, enquanto: a) **sentido objetivo**, identifica-se com “as funções jurisdicionais exercidas para tutelar direitos e interesses atinentes à **matéria constitucional**” (que derivam, em regra, quando a constituição é rígida, de pretensões diretamente fundadas em **normas formalmente constitucionais**); b) **em sentido subjetivo**, assinala os órgãos, diversos da **magistratura ordinária**, que exercem as mesmas funções” (valendo-se, amiúde, como é compreensível, de procedimentos muito diferentes dos judiciais comuns).

Paolo Biscaretti di Ruffia. Direito constitucional: instituições de direito público. Trad. Maria Helena Diniz. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1984, p. 440 (com adaptações).

Em vista das considerações do texto e atendendo ao modelo brasileiro de controle de constitucionalidade, julgue os itens que se seguem.

- ① Não se aplica ao Brasil a observação de Biscaretti di Ruffia, quanto aos órgãos judiciais que exercem a jurisdição constitucional, pois eles não são diversos daqueles que exercem a jurisdição em geral.
- ② Com relação aos procedimentos aplicáveis à jurisdição constitucional, assiste razão ao autor do texto, pois, no Brasil, o processo de controle concentrado de constitucionalidade é de natureza objetiva, segundo alguns autores, obedecendo a regras diversas das que regem o processo tradicional entre partes.
- ③ No Brasil, tomou-se pacífica a noção de que as normas que contrastem com o sistema constitucional são desprovidas de fundamento de validade e, portanto, nulas e ineficazes, não produzindo efeito algum.
- ④ Se o STF apreciar questão de constitucionalidade posta no âmbito do controle difuso e decidir pela inconstitucionalidade, comunicando seu julgamento ao Senado Federal, e este editar resolução suspendendo a execução da norma, com efeitos *erga omnes*, esta resolução produzirá efeitos *ex nunc*.
- ⑤ No processo da ação declaratória de constitucionalidade, diversamente do que ocorre em relação à ação direta de inconstitucionalidade, não cabe ao advogado-geral da União funcionar como curador da constitucionalidade da norma em questão, defendendo-a.

QUESTÃO 57

Justiça do Rio absolve Tiririca

O juiz Carlos Flores da Cunha, da 23.ª Vara Criminal do Rio, absolveu ontem o cantor Tiririca e dois executivos da gravadora Sony Music da acusação de que a música **Veja os cabelos dela é racista**.

O processo, movido pelo Ministério Público, teve início no ano passado. O diretor-presidente da gravadora, Roberto Augusto, e o diretor de *marketing*, Luiz André Calainho, também foram denunciados.

“Consideramos que não houve intenção de ofender a mulher negra. Foi um fato que aconteceu na vida dele (Tiririca) e que ele usou para homenagear sua esposa”, disse o juiz.

Com o resultado, a música está liberada para execução pública e o disco poderá voltar às lojas.

Caderno Ilustrada. Folha de S. Paulo, 18/2/98, p. 3-5 (com adaptações).

Considerando o texto e as normas constitucionais acerca dos direitos fundamentais, julgue os itens a seguir.

- ① Se o responsável pela música que originou o processo por crime de racismo fosse estrangeiro residente no Brasil, não poderia invocar, com fundamento na Constituição vigente, o direito à liberdade de expressão.
- ② Em vista da proteção constitucional absoluta à liberdade, o processo-crime decorrente da canção supostamente racista não poderia sequer ter sido iniciado.
- ③ À parte a discussão acerca da liberdade de expressão, aquele que cometer crime de racismo estará sujeito à prisão sem direito a fiança, à ação penal imprescritível e à pena de reclusão.
- ④ Os direitos fundamentais consignados na Constituição da República de 1988 caracterizam-se essencialmente como liberdades públicas, vale dizer, como normas essencialmente voltadas à limitação da ação estatal.
- ⑤ No quadro dos direitos consagrados pela Constituição brasileira, o direito à liberdade de expressão enquadra-se no rol dos chamados direitos sociais.

QUESTÃO 58

FHC esclarece viagens à Justiça Eleitoral

Brasília – O Secretário-Geral da Presidência, Eduardo Jorge, levou ontem ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Ilmar Galvão, os esclarecimentos do Presidente Fernando Henrique Cardoso sobre a posição que adotará como candidato à reeleição. Jorge disse ao Ministro que o Presidente está preocupado em cumprir a Lei Eleitoral e, em nenhum momento, fez ou fará campanha antes do prazo autorizado. O secretário explicou que as viagens administrativas do presidente estavam programadas há algum tempo, e que há o cuidado em não transformar eventuais inaugurações em comícios.

(...)

Galvão lembrou que não cabe à Justiça Eleitoral ir atrás do presidente, de governadores ou dos demais candidatos para saber se eles cumprem ou não a lei, mas, sim, ficar atenta aos fatos quando for provocada por meio de representações. (...)

O Estado de S. Paulo, 27/2/98 (com adaptações)

Considerando o texto e as normas constitucionais relativas aos direitos políticos e à administração pública, julgue os itens abaixo.

- ① Segundo a Constituição, é possível a decretação da inelegibilidade no caso de abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.
- ② É possível a instauração de processo na justiça eleitoral, mesmo após a diplomação do eleito, em caso de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- ③ A Constituição admite a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, vedada a veiculação de nomes, símbolos ou imagens que configurem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- ④ A autoridade que desrespeitar as normas pertinentes à propaganda eleitoral poderá ter os direitos políticos cassados.
- ⑤ Com fundamento no direito constitucional de petição, qualquer cidadão, e não apenas os partidos políticos e candidatos, pode representar à justiça eleitoral ou ao Ministério Público Eleitoral contra abuso no exercício de função, cargo ou emprego público com finalidade eleitoral.

QUESTÃO 59

Acerca das normas constitucionais aplicáveis ao Poder Executivo e à administração pública, julgue os itens a seguir.

- ① Se o dirigente de um órgão público federal nomeia pessoas para ocupar cargos públicos independentemente de concurso, como exige a Constituição, a única consequência jurídica prevista para o caso é a nulidade do ato administrativo de nomeação e dos demais que dele dependam.
- ② Atos definidos na lei como crimes podem também configurar atos de improbidade administrativa, sujeitando o responsável às sanções específicas para essa modalidade de ilícito, além da de natureza penal.
- ③ A despeito de o Poder Executivo ser exercido pelo presidente da República com o auxílio dos ministros de Estado, tem-se, no modelo brasileiro, um Poder Executivo monocrático.
- ④ São hipóteses de perda do mandato do presidente da República a cassação, a extinção, a declaração de vacância do cargo e a ausência do país, por mais de quinze dias, sem licença do Congresso Nacional.
- ⑤ Embora a doutrina jurídica brasileira seja majoritariamente contrária à possibilidade de decretos autônomos, o chefe do Poder Executivo detém poder regulamentar.

QUESTÃO 60

O modelo constitucional de repartição das receitas tributárias

- ① estabelece que pertence aos estados o produto da arrecadação do imposto de renda incidente na fonte sobre rendimentos pagos por eles.
- ② determina que pertence à União o produto da arrecadação do imposto de renda incidente na fonte sobre rendimentos pagos pelos municípios.
- ③ preconiza que parte da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados é destinada aos estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao montante das respectivas exportações de produtos industrializados.
- ④ é aspecto essencial na determinação do equilíbrio da Federação.
- ⑤ proíbe que haja retenção ou restrições à entrega e ao emprego dos recursos devidos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, ressalvada a possibilidade de condicionamento da entrega dos recursos ao pagamento de créditos da entidade a que couber efetuar o repasse.

QUESTÃO 61

Acerca da ordem social na Constituição de 1988, julgue os seguintes itens.

- ① A seguridade social consiste em um conjunto integrado de ações dos poderes públicos voltadas às áreas da previdência, da assistência social e da saúde, sendo que, nesta, deve dar-se prioridade às atividades preventivas.
- ② É possível às instituições privadas de saúde participar do Sistema Único de Saúde (SUS), devendo fazê-lo, no entanto, em caráter complementar e segundo as diretrizes do Sistema, sendo, ainda, vedada a destinação de recursos públicos como auxílio ou subvenção, quando a instituição privada tiver finalidade lucrativa.
- ③ É absolutamente proibida a participação de empresas estrangeiras na assistência à saúde no país, ainda que indiretamente.
- ④ Inserem-se nas destinações do SUS a participação da produção de medicamentos e hemoderivados e a fiscalização de alimentos, bebidas e águas para uso humano e transporte de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radiativos.
- ⑤ Nenhum benefício da previdência social, por expresso comando da Constituição, pode ter valor mensal inferior ao salário mínimo.

QUESTÃO 62

Com relação às disposições constitucionais gerais, julgue os itens que se seguem.

- ① A fim de que possa invocar em seu favor a prescrição bienal relativa aos direitos do trabalhador rural, o empregador rural deverá comprovar, a cada dez anos, perante a justiça do trabalho, o cumprimento de suas obrigações laborais.
- ② Se Marcos, dedicado ao tráfico ilícito de entorpecentes, for preso na posse de elevado valor em dinheiro, durante operação de combate ao citado delito, a quantia será apreendida até o julgamento, quando deverá ser devolvida à família do acusado.
- ③ Se for criado novo estado-membro da Federação brasileira, a lei complementar que o criar poderá atribuir à União a assunção dos encargos de pessoal inativo e da dívida interna da administração pública, pelo prazo de até dez anos.
- ④ Os serviços notariais e registrais são desempenhados em caráter privado, embora a fiscalização de seus atos caiba ao Poder Judiciário e o ingresso nessa atividade dependa de concurso público.
- ⑤ O presidente da República não pode editar medida provisória para regulamentação de qualquer artigo da Constituição.

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 63

Acerca da imunidade jurídico-tributária, é correto afirmar que

- ① opera na demarcação constitucional das competências tributárias.
- ② constitui direito público subjetivo de não ser tributado.
- ③ abrange tão-somente impostos.
- ④ o seu gozo não pode depender do atendimento de requisitos estabelecidos em norma infraconstitucional.
- ⑤ pode ser outorgada tendo em vista pressupostos de natureza pessoal e/ou material.

QUESTÃO 64

Os princípios constitucionais tributários visam, precipuamente, limitar o poder dos entes tributantes. Eventuais exceções a tais princípios são previstas pela própria Constituição. Relativamente aos princípios informativos da tributação estabelecidos expressamente pela Constituição, julgue os itens abaixo.

- ① O Poder Executivo dispõe da faculdade de alterar as alíquotas e as bases de cálculo dos impostos de importação, de exportação, sobre produtos industrializados e sobre operações de crédito, câmbio e seguros, ou relativas a títulos e valores mobiliários.
- ② Em face do princípio da irretroatividade da lei tributária, a lei não poderá incidir sobre fato pretérito, quando tenha instituído ou aumentado tributo, bem como quando tenha reduzido ou dispensado o pagamento de tributo.
- ③ Não estão sujeitos ao princípio da anterioridade da lei tributária os impostos de importação, de exportação, sobre produtos industrializados e sobre operações de crédito, câmbio, seguro e operações com títulos e valores mobiliários, assim como os empréstimos compulsórios e as contribuições sociais.
- ④ Os impostos reais, assim como os pessoais, devem ser informados pelo princípio da capacidade contributiva.
- ⑤ De acordo com o princípio da liberdade de tráfego, é vedada a instituição de tributos que acarretem limitação ao tráfego interestadual ou intermunicipal de pessoas ou de bens, restando excluído de tal princípio o tráfego internacional.

QUESTÃO 65

A respeito da obrigação tributária julgue os itens a seguir.

- ① O fato gerador da obrigação principal corresponde ao fato gerador do tributo.
- ② Uma obrigação acessória pode ser instituída por meio de decreto.
- ③ Nada obsta a que uma autarquia figure como sujeito ativo de obrigação tributária.
- ④ Contribuinte é o sujeito passivo da obrigação tributária principal; responsável é o sujeito passivo da obrigação tributária acessória.
- ⑤ Às pessoas naturais absolutamente incapazes de praticar atos da vida civil é reconhecida a capacidade tributária ativa, relativamente às pretensões que vierem a exercer contra ou perante a fazenda pública.

QUESTÃO 66

Nos Estados federais, afigura-se como um dos principais e mais complexos problemas o relativo à repartição de competências entre as suas entidades autônomas. Acerca da discriminação constitucional de rendas no Brasil, julgue os itens seguintes.

- ① A Constituição adota sistema misto de repartição rígida das competências tributárias entre os entes políticos e a participação de todos eles no produto de arrecadação alheia.
- ② Diferentemente da capacidade tributária ativa, que é passível de delegação, a competência tributária é absolutamente indelegável.
- ③ Na iminência ou no caso de guerra externa, a União poderá instituir, por meio de medida provisória, impostos penitentes à competência dos outros entes políticos.
- ④ Somente a União dispõe da denominada **competência residual**, que consiste na faculdade de instituir tributo cujo titular da competência originária deixou de exercê-la sem razão plausível.
- ⑤ São de competência comum as taxas e as contribuições de melhoria, considerando que tais tributos são instituíveis por todos os entes políticos, independentemente da competência estatal para o exercício das atividades que constituam os respectivos fatos geradores.

QUESTÃO 67

A época atual caracteriza-se pela grande importância das atividades econômicas internacionais, para cujo desenvolvimento os Estados se acham forçados a adotar medidas, entre outras, de natureza tributária, muitas vezes veiculadas por meio de tratados internacionais. Segundo o disposto no art. 96 do Código Tributário Nacional, os tratados internacionais sobre matéria tributária integram o conceito de **legislação tributária**. Assim, relativamente aos tratados internacionais sobre matéria tributária no Brasil, julgue os itens que se seguem.

- ① Dada a sua superioridade hierárquica, os tratados internacionais revogam a legislação tributária interna.
- ② Em caso de conflito, os tratados internacionais prevalecem sobre as leis internas infraconstitucionais, em face da regra de interpretação *lex specialis derogat legi generali*.
- ③ Considerando que os tratados internacionais estão no mesmo nível hierárquico das leis internas infraconstitucionais, nada obsta a que, por meio deles, sejam instituídos tributos.
- ④ Tratados internacionais podem versar sobre quaisquer espécies de tributo, inclusive as contribuições sociais.
- ⑤ Isenções tributárias podem ser estabelecidas por meio de tratados internacionais.

QUESTÃO 68

Julgue os itens a seguir, a respeito de isenções tributárias.

- ① A isenção consiste na dispensa (ou perdão) de pagamento do tributo devido.
- ② Isenções de tributos estaduais e municipais não podem ser concedidas por meio de tratados internacionais.
- ③ A lei poderá determinar que a isenção seja aplicável a tributos que vierem a ser instituídos depois de sua concessão.
- ④ A isenção poderá ser concedida por qualquer lei – federal, estadual ou municipal –, ainda que regule matéria estranha a tributo ou contribuição.
- ⑤ A União, por meio de lei complementar, poderá, em determinadas situações, conceder isenção de tributos de competência estadual ou municipal.

QUESTÃO 69

R: ativamente às causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, julgue os itens abaixo.

- ① Suspende a exigibilidade do crédito tributário o depósito, pelo sujeito passivo, do valor integral do tributo que ele reputa devido à fazenda pública, ainda que seja inferior ao valor que lhe é demandado.
- ② A União poderá, por meio de lei, prorrogar o prazo para o pagamento de tributos estaduais e municipais, desde que também o faça em relação aos tributos de sua competência e às obrigações de direito privado.
- ③ Em face do princípio da uniformidade geográfica, será inconstitucional a lei federal concessiva de moratória que limitar a sua abrangência a determinada região do território nacional.
- ④ A impetração, pelo contribuinte, de mandado de segurança contra ato de autoridade administrativa consistente na cobrança de tributo considerado indevido é causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- ⑤ A suspensão da exigibilidade do crédito tributário não tem o condão de igualmente suspender o cumprimento das obrigações acessórias dependentes ou conseqüentes da obrigação principal respectiva.

QUESTÃO 70

Com relação às contribuições sociais, julgue os itens seguintes.

- ① Apesar da sua denominação, as contribuições de intervenção no domínio econômico são tributos considerados neutros, com função nitidamente fiscal.
- ② As contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas são estabelecidas pelas instituições fiscalizadoras e representativas de categorias profissionais ou econômicas, a fim de que tenham o necessário suporte financeiro para o exercício de suas funções, legalmente reputadas como de interesse público.
- ③ Sabendo que o inciso IV do art. 8.º da Constituição Federal dispõe que a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei, é correto afirmar que a contribuição de que trata esse dispositivo constitucional é uma espécie de tributo, à qual não se aplica o princípio da legalidade.
- ④ De acordo com a Constituição Federal, as contribuições para a seguridade social são de competência exclusiva da União.
- ⑤ As contribuições sociais são objeto, com maior freqüência, do lançamento por homologação, podendo a elas também aplicar-se o lançamento de ofício.

MINISTÉRIO DA REVENHÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADORIA AUTARQUICA
 EDITAL N.º 1/98 – PA/INSS, de 11/2/98

O CESPE – Centro de Seleção e de Promoção de Eventos, da Universidade de Brasília, divulga o gabarito oficial definitivo das provas objetivas aplicadas no dia 11 de abril de 1998.

GABARITO OFICIAL DEFINITIVO DAS PROVAS OBJETIVAS (GRUPO I)

		DIREITO COMERCIAL			DIREITO PENAL		DIREITO PROCESSUAL PENAL			DIREITO DO TRABALHO				DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO				LÍNGUA PORTUGUESA					
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22
I T E N S	1	E	C	C	C	C	C	E	E	E	C	C	C	C	C	E	C	E	E	C	E	C	
	2	C	E	C	C	C	C	E	C	C	C	E	C	E	*	C	C	E	C	E	C	C	
	3	E	E	C	C	E	C	C	E	C	E	E	C	E	E	E	E	E	C	E	E	C	
	4	C	C	E	C	E	E	E	C	E	C	E	C	C	E	C	C	E	C	C	E	C	
	5	E	E	E	E	E	E	C	C	E	E	E	E	E	C	E	C	C	E	E	E	C	

GABARITO OFICIAL DEFINITIVO DAS PROVAS OBJETIVAS (GRUPO H)

	DIREITO PREVIDENCIÁRIO										DIREITO PROCESSUAL CIVIL										DIREITO CIVIL			
	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46
I	E	E	C	E	E	E	C	C	C	E	C	E	C	C	C	C	E	E	E	E	E	C	C	C
T	C	C	E	C	E	C	C	E	E	E	C	E	C	E	E	E	E	E	E	E	E	C	C	C
E	C	E	C	C	E	E	C	C	E	C	E	E	E	C	E	C	C	C	E	E	E	E	C	C
N	E	C	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	C	C	E	E	E	C	E	E	E	E	C	E
S	C	E	C	E	E	C	E	E	E	C	E	C	E	C	E	E	E	C	C	E	C	C	E	C

	DIREITO ADMINISTRATIVO										DIREITO CONSTITUCIONAL										DIREITO TRIBUTÁRIO			
	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
I	C	E	E	E	C	E	E	E	E	C	E	C	E	C	C	E	C	E	E	E	E	E	E	E
T	C	E	C	C	C	C	C	C	E	C	E	C	C	E	C	E	C	C	C	C	C	E	C	E
E	C	C	E	C	E	C	C	E	E	E	C	C	C	C	E	E	E	E	C	C	E	C	E	E
N	E	C	E	E	E	E	E	E	C	C	E	E	C	C	C	C	E	C	E	E	C	E	E	E
S	E	E	C	E	E	C	C	C	C	C	E	C	C	C	E	C	C	C	C	E	C	C	C	C

Alterações no gabarito preliminar:

Questão 5 – item 3: mudança de C para E; Questão 14 – item 2: anulando; Questão 26 – item 2: mudança de E para C; Questão 27 – item 3: mudança de C para E; Questão 29 – item 4: mudança de C para E; Questão 31 – item 4: mudança de C para E; Questão 34 – item 2: mudança de C para E; Questão 39 – item 1: mudança de C para E; Questão 47 – item 5: mudança de C para E; Questão 48 – item 5: mudança de C para E; Questão 54 – item 2: mudança de E para C